

**DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS NEURODIVERGENTES NAS
ESCOLAS MUNICIPAIS DE PAULISTANA-PI**

**CHALLENGES FOR THE INCLUSION OF NEURODIVERGENT STUDENTS IN
MUNICIPAL SCHOOLS IN PAULISTANA-PI**

**RETOS PARA LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES NEURODIVERGENTES EN
LAS ESCUELAS MUNICIPALES DE PAULISTANA-PI**



10.56238/CONEDUCA-002

Josivan Francisco Ramos

Mestrando em Ciências da Educação
Instituição: Instituto Teológico São Camilo (INTESC)
E-mail: josivanfrancisco23@gmail.com

Maria Nazaré de Sousa Xavier

Mestranda em Ciências da Educação
Instituição: Instituto Teológico São Camilo (INTESC)
E-mail: nazaxavier@gmail.com

Nivania do Nascimento Rodrigues

Mestranda em Ciências da Educação
Instituição: Instituto Teológico São Camilo (INTESC)
E-mail: Nivanianascimento75@gmail.com

Luzia Rodrigues de Macedo

Professor orientador
Pedagogia
Instituição: Instituto Federal Sertão Pernambucano
E-mail: luziarmacedo@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa os desafios enfrentados pelas escolas municipais de Paulistana – PI no processo de inclusão de alunos neurodivergentes, com base em entrevistas semiestruturadas realizadas com três professoras e uma gestora da rede pública. A pesquisa, de abordagem qualitativa, natureza exploratória e descritiva, foi fundamentada em autores como Franco e Gomes (2020) e amparada pelo marco legal da educação inclusiva no Brasil (Lei nº 9.394/96; Lei nº 13.146/2015; Decreto nº 7.611/2011). Os resultados apontam para uma série de obstáculos à efetivação da inclusão, entre os quais destacam-se a ausência de formação continuada específica para os docentes, a precariedade da estrutura física das escolas, a escassez de materiais adaptados, a falta de apoio técnico especializado e o desconhecimento sobre políticas públicas de inclusão. Além disso, observou-se a persistência de práticas capacitistas e a sobrecarga de trabalho enfrentada pelos profissionais da educação. Apesar dessas limitações, identificaram-se iniciativas pedagógicas sensíveis e criativas por parte dos professores, embora não sistematizadas nem apoiadas institucionalmente. A pesquisa evidencia a urgência de investimentos



estruturais, valorização docente, políticas públicas eficazes e uma cultura escolar baseada na empatia, na diversidade e no pertencimento. Conclui-se que a inclusão de alunos neurodivergentes exige mais do que o acesso físico à escola: demanda ações intersetoriais, formação continuada de qualidade e compromisso coletivo com a equidade educacional.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Neurodivergência. Formação Docente. Políticas Públicas. Paulistana.

ABSTRACT

This article analyzes the challenges faced by municipal schools in Paulistana, Piauí, in the process of including neurodivergent students, based on semi-structured interviews with three teachers and a public school administrator. The research, which uses a qualitative approach and is exploratory and descriptive in nature, was based on authors such as Franco and Gomes (2020) and supported by the legal framework for inclusive education in Brazil (Law No. 9,394/96; Law No. 13,146/2015; Decree No. 7,611/2011). The results point to a series of obstacles to effective inclusion, including the lack of specific continuing education for teachers, the precarious physical structure of schools, the scarcity of adapted materials, the lack of specialized technical support, and a lack of knowledge about public inclusion policies. Furthermore, the persistence of ableist practices and the workload faced by education professionals were observed. Despite these limitations, sensitive and creative pedagogical initiatives were identified by teachers, although they were not systematized or institutionally supported. The research highlights the urgent need for structural investments, teacher appreciation, effective public policies, and a school culture based on empathy, diversity, and belonging. It concludes that the inclusion of neurodivergent students requires more than physical access to school: it demands intersectoral actions, quality ongoing education, and a collective commitment to educational equity.

Keywords: Inclusive Education. Neurodivergence. Teacher Training. Public Policies. Paulistana

RESUMÉN

Este artículo analiza los desafíos que enfrentan las escuelas municipales en Paulistana, Piauí, en el proceso de inclusión de estudiantes neurodivergentes, a partir de entrevistas semiestructuradas con tres docentes y un administrador de escuela pública. La investigación, que utiliza un enfoque cualitativo y es de naturaleza exploratoria y descriptiva, se basó en autores como Franco y Gomes (2020) y se apoyó en el marco legal para la educación inclusiva en Brasil (Ley n.º 9.394/96; Ley n.º 13.146/2015; Decreto n.º 7.611/2011). Los resultados apuntan a una serie de obstáculos para la inclusión efectiva, incluyendo la falta de formación continua específica para docentes, la precaria estructura física de las escuelas, la escasez de materiales adaptados, la falta de apoyo técnico especializado y el desconocimiento de las políticas públicas de inclusión. Además, se observó la persistencia de prácticas capacitistas y la carga de trabajo que enfrentan los profesionales de la educación. A pesar de estas limitaciones, los docentes identificaron iniciativas pedagógicas sensibles y creativas, aunque no fueron sistematizadas ni apoyadas institucionalmente. La investigación destaca la urgente necesidad de inversiones estructurales, la valoración del profesorado, políticas públicas eficaces y una cultura escolar basada en la empatía, la diversidad y la pertenencia. Concluye que la inclusión del alumnado neurodivergente requiere más que el acceso físico a la escuela: exige acciones intersectoriales, una educación continua de calidad y un compromiso colectivo con la equidad educativa.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Neurodivergencia. Formación Docente. Políticas Públicas. Paulistana.



1 INTRODUÇÃO

O termo “neurodivergente” é relativamente novo no campo educacional. Foi oficialmente registrado em 1988 pela socióloga australiana Judy Singer, como sinônimo de biodiversidade neurológica. Contudo, a presença de estudantes neurodivergentes nas escolas brasileiras é uma realidade há décadas, sendo tema de debate desde o final do século XIX por pioneiros da educação. Para promover uma educação verdadeiramente inclusiva, é essencial que os profissionais da educação compreendam as características da neurodiversidade e saibam como acolhê-las no ambiente escolar.

Especialistas defendem que os educadores devem se apropriar dos conhecimentos da neurociência para compreender as diferentes perspectivas de aprendizagem e identificar as manifestações da neurodiversidade. A inclusão de estudantes neurodivergentes, como aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, entre outros, é um direito assegurado por diversas legislações e representa um compromisso com a equidade e com o respeito à diversidade humana.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O arcabouço legal e normativo que ampara o direito à educação inclusiva é amplo. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), o Decreto nº 7.611/2011, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Portaria nº 948/2007), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012) estabelecem diretrizes e garantias para a efetiva inclusão de alunos com necessidades específicas nas escolas regulares.

Apesar disso, ainda são muitos os obstáculos para a plena efetivação desses direitos nas escolas públicas. Entre os principais desafios estão a ausência de formação continuada para os docentes, a inadequação da estrutura física das escolas, a escassez de materiais adaptados e de profissionais de apoio especializados. Embora a legislação determine o Atendimento Educacional Especializado (AEE) preferencialmente em escolas regulares, como previsto na LDB e no Decreto nº 7.611/2011, muitos sistemas educacionais ainda não oferecem as condições necessárias para que esse direito se concretize.

Autores como Franco e Gomes (2020) reforçam que é insuficiente restringir a educação inclusiva às categorias da educação especial. É necessário ampliar o olhar para os processos de ensino e aprendizagem como fenômenos diversos, atravessados por múltiplas formas de ser, agir e aprender. Nesse sentido, a escola deve se reorganizar para atender não à exceção, mas à regra da diversidade humana.

A partir dessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados na inclusão de alunos neurodivergentes nas escolas públicas municipais de Paulistana – PI, com base em entrevistas com professoras e gestoras da rede. A relevância do estudo está em



contribuir para a reflexão sobre práticas pedagógicas inclusivas, formação docente e políticas públicas locais, com vistas à promoção de uma escola mais justa, acessível e acolhedora.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. A escolha da metodologia qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender as percepções, vivências e desafios enfrentados por professores e gestores no processo de inclusão de alunos neurodivergentes na rede pública municipal de Paulistana – PI.

A técnica utilizada para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, composta por questões abertas que permitiram às participantes discorrerem livremente sobre os aspectos relacionados à inclusão de estudantes neurodivergentes. O roteiro da entrevista abrangeu temas como: compreensão do conceito de neurodivergência, principais desafios enfrentados pelas escolas, estratégias pedagógicas utilizadas, formação continuada dos docentes, estrutura física das escolas e conhecimento sobre políticas públicas de inclusão.

Participaram da pesquisa quatro profissionais da educação, sendo três professoras e uma gestora, com tempo de atuação que varia entre 4 e 14 anos na rede municipal de ensino. As entrevistas foram realizadas presencialmente e por meio eletrônico, conforme disponibilidade das participantes, e tiveram duração média de 30 minutos.

Essa abordagem permitiu identificar padrões de significado e sistematizar os principais desafios enfrentados na efetivação da inclusão de alunos neurodivergentes no contexto escolar analisado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das entrevistas com professoras e gestora da rede municipal de Paulistana – PI revelou um conjunto de desafios significativos para a inclusão de alunos neurodivergentes nas escolas públicas. As falas evidenciam que, embora a legislação brasileira assegure o direito à educação inclusiva, a efetivação desse direito ainda esbarra em diversos obstáculos práticos.

Entre os principais entraves apontados pelas participantes está a falta de formação continuada dos docentes. Essa lacuna gera insegurança, resistência e improviso nas práticas pedagógicas. A ausência de infraestrutura adequada, como salas de apoio, sinalizações acessíveis e espaços acolhedores, também foi amplamente citada.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1 com os principais achados.



Tabela 1 – Síntese dos desafios identificados nas entrevistas

Categoria	Evidência nas Entrevistas
Compreensão de Neurodivergência	Diferenças no funcionamento neurológico e cognitivo; múltiplas formas de aprender e se expressar.
Principais Desafios	Falta de formação, apoio técnico, estrutura física precária e ausência de políticas aplicadas.
Formação Continuada	Inexistente ou esporádica; professores buscam por conta própria.
Estrutura Física	Espaços inadequados, ausência de salas adaptadas e sinalização acessível.
Reação da Equipe/Alunos	Inicial resistência; melhora com convivência e empatia mediada pelo professor.
Estratégias Pedagógicas	Adaptações visuais, materiais concretos, flexibilização do currículo.
Apoios Essenciais	Equipe multidisciplinar, tecnologia assistiva, acolhimento familiar e escolar.
Políticas Públicas	Pouco conhecimento e aplicação das políticas existentes.
Sugestões	Formação continuada, investimentos estruturais, suporte pedagógico e valorização docente.

Os relatos indicam ainda que, apesar das dificuldades, há iniciativas individuais dos professores que tentam incluir os alunos com sensibilidade e criatividade. No entanto, esses esforços precisam ser sistematizados, valorizados e acompanhados por políticas públicas eficazes.

5 CONCLUSÃO

A análise das entrevistas realizadas com docentes e gestora da rede municipal de Paulistana – PI evidenciou que, embora a inclusão de alunos neurodivergentes seja um direito garantido por diversas legislações e reconhecido como necessário pelos profissionais da educação, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que essa inclusão ocorra de forma efetiva nas escolas públicas.

Os principais desafios identificados dizem respeito à insuficiência de formação específica, à sobrecarga de trabalho dos professores, à ausência de apoio técnico e multidisciplinar, bem como à inadequação das estruturas físicas das escolas. Além disso, observou-se uma lacuna no conhecimento sobre políticas públicas e projetos de inclusão existentes, o que reflete a necessidade de maior articulação entre as instâncias governamentais e os profissionais da ponta.

Conclui-se que promover a inclusão de alunos neurodivergentes vai além do acesso à escola: exige um compromisso com o pertencimento, com a aprendizagem significativa e com a construção de uma cultura escolar baseada na empatia, no respeito e na valorização das diferenças.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 28 jul. 2025.

FRANCO, R. M. S.; GOMES, C. Educação inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais. Revista Psicopedagogia, São Paulo, v. 37, n. 113, p. 194-207, ago. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862020000200007. Acesso em: 28 jul. 2025.